

Correio Económico

Sexta-feira, 22 de Janeiro de 2010

Esta semana: **Económicamente falando...**

“Orçado em 17 milhões de euros (com mais de 40% do capital disponível para venda) e com a faculdade da criação de 17 novos empregos (14 de nível superior e 4 de nível médio), a ISOPOR – Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica vai criar uma congénere na Região – A ISOPOR-Azores, que terá como missão instalar nos Açores um projecto inovador vocacionado para o desenvolvimento específico da Medicina Nuclear – com a construção de raiz de dois novos centros, em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo...”
in Correio dos Açores

CORREIO DOS AÇORES - SUPLEMENTO DE ECONOMIA - COORDENAÇÃO: LUÍS GUILHERME PACHECO - PERIODICIDADE: SEMANAL

J.Pimentel avança com projecto de Retail Park



Iniciado em Junho deste ano, pela Consultora Internacional, MGI Consulting, deverá ficar concluído até final deste mês o processo de reestruturação da empresa J.Pimentel, S.A., que tem vindo a ser preparado com muito cuidado, tendo por base a actual situação estrutural do mercado da construção civil nos Açores.

Sobredimensionada, a sua estrutura vai ser ajustada, face a um mercado altamente competitivo e concorrencial, com margens de comercialização muito reduzidas, e prazos de recebimento muito dilatados, exigindo grandes necessidades de fundo de maneio.

Tendo por base este cenário, a administração da empresa, tem participado nas orientações que uma equipa de consultores, que integra um prestigiado advogado do Porto, desde sempre ligado á banca, e ao sector financeiro, que tem vindo a trabalhar naquele projecto, e que aponta para o seu reposicio-

namento no mercado.

As recentes medidas tomadas tendo em vista a redução da sua estrutura de funcionamento, enquadram-se na decisão estratégica de disponibilizar uma parte das suas instalações num Retail Park, correspondendo assim ao surgimento e ao interesse manifestado por alguns parceiros nacionais, de se instalarem naquele local, com outras áreas de negócio.

A empresa vai alterar por completo a sua actuação em termos comerciais, com as novas medidas que estão a ser implementadas.

Líder no sector da comercialização de materiais de construção civil nos Açores, durante muitos anos, fundada por João Vieira Pimentel, a J. Pimentel, S.A. vai continuar a operar no mercado, com uma estrutura muito mais aligeirada e versátil, assegurando desta forma a continuidade do seu projecto empresarial.

Destaques



Entrevista

com Domingues de Azevedo, candidato a Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Conta.

pág.4



Discurso Directo

com o empresário João Carlos Carreiro

pág.3

Opinião

«...Mas alguém tem coragem de criticar o Governo Regional se quiser salvar empresas de “bandeira”...»

pág.2

PUB

NBB

National Business Brokers

Rede Internacional de compra e venda de empresas

SERVIÇOS NBB

- ✓ Business Brokerage
- ✓ Capital de Investimento
- ✓ Gestão de Portfólio
- ✓ Avaliação de Negócios
- ✓ Análise Financeira
- ✓ Análise de Mercado



Brevemente em Ponta Delgada



Entrevista exclusiva com o candidato a Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Domingues Azevedo

Concorre à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas com vontade de servir a classe profissional incluindo na sua lista pela primeira vez um açoriano

Correio Económico - Que objectivos adicionais considera possível conseguir com a criação da OTOC, para além do óbvio prestígio da classe?

Domingues Azevedo – A passagem da Câmara a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas constituiu uma conquista para todos os profissionais. Ninguém nos deu nada. Conseguimos por mérito próprio. O poder político (Assembleia da República e Governo) reconheceu aos TOC o direito de se integrarem numa Ordem, o patamar máximo da organização profissional em Portugal, reconhecendo-lhes grandes competências e importância na sociedade portuguesa. É bom que se tenha presente que são os TOC que determinam os quantitativos que as empresas e os empresários entregam ao Estado, fazendo, também dessa forma, a economia do País andar.

A Ordem não terá funções distintas (ao nível da regulação) das que já tinha a Câmara.

Temos, sim, uma responsabilidade acrescida: credibilizar cada vez mais esta profissão, que tem mais de 75 mil membros.

Não existindo grande diferença no plano formal, existe, no entanto, uma enorme distinção no plano institucional. Com efeito as profissões de maior mérito encontram-se organizadas em ordens profissionais e, considerando o papel dos Técnicos Oficiais de Contas na dinamização da sociedade, não faria sentido que estes profissionais se encontrassem organizados num nível inferior ao das restantes entidades profissionais.

C.E.- A sua candidatura tem uma dinâmica vencedora, como resultado do excelente trabalho que fez desde a fundação da CTOC. Não teme, mesmo com uma lista concorrente, que esta certeza de “vitória anunciada”, possa provocar o efeito contrário, levando a que muitos associados possam não votar?

D.A. – Não há dinâmicas correspondentes a vitórias anunciadas ou virtuais. Há eleições e estas compõem-se de manifestação de vontade através do voto e a sua contagem, pelo que não ganha quem se anuncia como vencedor, mas sim a lista concorrente que tiver mais votos.

Daí, através do vosso jornal, solicito a todos os membros que me apoiam, por isso que reconhecem a enorme caminhada que juntos fizemos em prol da nossa profissão, para que exerçam o seu inalienável direito de manifestação.

Que votem, pois não o fazendo, estarão a legitimar que outros tomem atitudes que pos-

sam não estar de acordo com a vontade dos membros. Evidentemente que tenho consciência do valor do trabalho até hoje conseguido e acredito sinceramente que os TOC, não só compreendem como apoiam esse esforço.

C.E.- Da composição da sua lista, desprende-se que pretende dar uma imagem transversal do País à sua candidatura a Bastonário da Ordem dos TOC, onde por exemplo os Açores estão representados pela primeira vez nos órgãos associativos.

D.A. - As regiões autónomas sempre foram por nós tratadas com muito carinho, desde o princípio de igualdade de acesso às formações realizadas pela OTOC, até à instalação de uma representação permanente em Ponta Delgada. Tudo temos feito para que não haja discriminação negativa dos residentes não só nos Açores, mas também na Região Autónoma da Madeira.

Evidentemente que a Região Autónoma dos Açores tem especificidades muito próprias que nos impedem de ir mais além, daí a nossa estrutura de apoio se encontrar ao mesmo nível que a organização das direcções de Finanças.

Nos termos do novo Estatuto da OTOC, no Conselho Superior da Ordem, estão representadas as regiões autónomas. Por isso, haverá um representante dos Açores naquele órgão. Mas esse não é o único motivo. Surja gente com valor e disponibilidade que, independentemente da ilha a que pertença, teremos todo o gosto em estabelecer colaboração, engrandecendo, por essa via, cada vez mais, a nossa profissão.

C.E.- Existe nos Açores, muitas pessoas a fazerem contabilidades, sem formação, mas com conhecimentos, e onde recorrem aos TOC, apenas para assinar. Como pretende combater esta realidade, que julgo ser também nacional?

D.A. - Sabemos que existem alguns velhos vícios introduzidos na nossa sociedade e também na nossa profissão. Por vezes chega ao nosso conhecimento que existem colegas que “assinam de cruz” contabilidades feitas por outros. Sempre que identificamos situações desta natureza é imediatamente instaurado um processo disciplinar e procedemos à expulsão dos TOC que cometem esta ilegalidade. Aproveito a oportunidade para apelar aos profissionais que nos comuniquem casos que configurem este tipo de prática.

A nova versão do Estatuto vem dizer com clareza quem é que pode contratualizar contabilidades, sendo apenas os TOC e as sociedades devidamente reconhecidas. Vamos pro-

ceder a uma divulgação do Estatuto, mesmo junto das empresas, alertando os empresários para a ilegalidade da situação e os riscos que correm, caso não contratem directamente com um TOC. Não teremos contempções com os profissionais que se encontrarem em situações menos claras. Serão expulsos da Ordem, ficando impedidos de exercerem a profissão.

C.E.- Não o desmotiva o facto de apenas metade dos TOC, exercerem de facto a sua actividade, ou seja dos mais de 75.000 associados da OTOC, apenas cerca de 35.000 estão no activo? (agradeço que actualize os números se estiverem muito longe da realidade?)

D.A. - Antes pelo contrário. Fico muito satisfeito ao ver que mais de metade dos membros, apesar de não exercerem a profissão, se mantêm ligados à sua Ordem. O que é que leva a que um número tão elevado de profissionais que, não exercendo a profissão, mantenham o vínculo de afectividade à sua instituição de regulação profissional? Penso que isso se explica pelo orgulho que sentem em pertencer à instituição e, acima de tudo, sentem-se representados com a dignidade que a profissão merece. É esse orgulho de ser TOC, em minha opinião e o facto de se reverem na profissão que, segundo pensamos leva a que um número tão grande de profissionais mantenha essa relação umbilical.

Para além disso, os profissionais vêm benefícios em manter essa ligação visto que a Ordem disponibiliza uma revista mensal, organizada por assuntos de interesse e um CD actualizado com toda a legislação.

C.E.- A obrigatoriedade da introdução do SNC, vai provocar uma profunda alteração no desempenho desta actividade e contribuir para uma maior transparência estrutural e financeira do nosso tecido empresarial. Considera que estão reunidas as condições para que esta transição se esteja a consubstanciar de forma pacífica?

D.A. – O SNC é um desafio para todos: empresários e Técnicos Oficiais de Contas. A transição é pacífica. A Ordem está a ministrar, há cerca de um ano, formação contínua, em todos os distritos do País e regiões autónomas.

Temos, inclusive, promovido acções em parceria com diversas associações empresariais, que nos procuraram porque entendem que, em Portugal, a OTOC é a única organização com melhor suporte formativo nesta matéria, bem como aquela que até hoje mais se tem interessado pelo assunto.

C.E.- A carga fiscal em Portugal é exces-

siva. Não lhe preocupa ouvir o Ministro das Finanças anunciar que poderá aumentar os impostos, por via do fim proposto do PEC?

D.A. – A carga fiscal em Portugal não é muito diferente da que se pratica na Europa, penso até que ainda se encontra abaixo da média europeia. É óbvio que, perante crises económicas mais ou menos permanentes, o cidadão e empresários desejem uma descida dos impostos.

Mas temos de ser realistas; “não se fazem omeletas sem ovos”. O Estado somos todos nós e as suas receitas. E elas são quase que exclusivas das participações dos cidadãos – Aquilo a que chamamos impostos. Não é possível pedir ao Estado protecção nos maus momentos, como é o caso para obter o subsídio de desemprego, cuidados de saúde e a formação para os nossos filhos, se não forem disponibilizados os meios para que isso seja possível. Disse-o na altura e reafirmo-o hoje. Quando a oposição parlamentar revogou o Pagamento Especial por Conta, fê-lo, não no âmbito de uma política sustentada e justificada, mas sim como uma espécie de aviso de que (a oposição) podia inviabilizar a governação do país, o que constituiu um absoluto desrespeito pela separação de poderes consagrado na nossa Constituição. Foi um acto que rotulei e rotulo de irresponsável.

O Orçamento do Estado para 2010 está a ser discutido neste momento com os partidos.

Vamos aguardar pelo resultado das negociações e do debate. Deve haver bom senso nesta matéria tão sensível e evitar a todo o custo um aumento da carga fiscal.

C.E. - Em que medida a OTOC poderá contribuir para o chamado desanuiamento fiscal das nossas empresas?

D.A. – A Ordem tem procurado sensibilizar os empresários e o poder político para a vantagem de contarem com o seu Técnico Oficial de Contas na gestão dos negócios. O TOC é, antes de mais, um criador de valor nas empresas, um profissional que garante a legalidade na área da fiscalidade. O TOC pode ajudar o empresário a planejar realisticamente todas as acções da empresa, podendo resultar desse planeamento um mais eficaz desempenho financeiro

Os empresários têm de olhar para o Técnico Oficial de Contas como o profissional credenciado para ajudá-lo a gerir melhor as suas empresas.

As nossas empresas e os empresários têm evoluído muito e hoje já se compreende que a melhor maneira das empresas não terem problemas é cumprirem a lei.

PUB


Carreiro & Morais, Lda
INFORMÁTICA
www.carreiroemorais.pt

20 anos a desenvolver e a implementar soluções de gestão

Rua da Pranchinha, n.º46 - 9500-331 PONTA DELGADA
Telf. 296 630 130 Fax: 296 636 092 e-mail: eduardocarreiro@carreiroemorais.pt